

“TV PÚBLICA E TERCEIRO SETOR: A PROCURA DO LUCRO SOCIAL”

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Notas para o painel com esse título, parte da comemoração dos 25 anos da TV E/RJ. Rio de Janeiro, 30 de novembro, 2000.

A televisão pública tem um papel importante em todas as democracias modernas. Através dela a sociedade busca assegurar a informação imparcial e precisa, o debate das grandes questões nacionais e locais, e a difusão de documentários e outros programas culturais que têm pouco espaço na televisão privada.

Para realizar essa tarefa pública, entretanto, a TV pública não deve ser estatal, mas pública não-estatal, deve fazer parte do terceiro setor. Só assim ela terá a flexibilidade e a eficiência necessárias para a realização de suas tarefas.

O financiamento da TV pública deverá ser principalmente estatal, embora possa ter receitas provindas de serviços e de doações dos cidadãos. O controle da TV deverá se feita por contrato de gestão, nos moldes que a Lei das Organizações Sociais determina.

O Estado deve manter, e se possível aumentar suas dotações para a organização social, desde que os resultados sejam satisfatórios. A transformação de uma entidade em organização social não pode ser entendida como um meio de o governo reduzir sua responsabilidade para com a atividade financiada. A organização social é um meio de usar melhor recursos públicos escassos, não uma forma de diminuir o tamanho do Estado, fazendo que este deixe de assumir responsabilidades que são suas.

A TV E/RJ foi a primeira organização pública organizada nos termos dessa lei. Apesar das tentativas que vêm sendo desenvolvidas por setores burocráticos situados em sua Secretaria de Controle Interno para tratá-la como uma mera repartição pública, o governo federal e a própria entidade têm sabido resistir a eles. Os avanços que a TV E/RJ vem fazendo nestes anos é uma demonstração de que a mudança institucional está dando os resultados esperados.

